

Algumas considerações sobre a ocupação europeia da região do Guairá nos séculos XVI e XVII

Flávio Leite Costa e Sezinando Luiz Menezes*

Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência.

RESUMO. Os núcleos de povoamento europeus, localizados na região das missões do Guairá, durante os séculos XVI e XVII, apresentam dinâmicas próprias de desenvolvimento e de desestruturação. O estudo de trabalhos, que indicam a falência desses povoadamentos, mostram-nos que o bandeirantismo paulista é um dos principais fatores para a desestruturação dos mesmos. No entanto, a análise dos documentos publicados por Jaime Cortesão, que discutem especificamente a região do Guairá, indicam que essa problemática estava inserida em um contexto mais amplo. Dentro desse contexto, o bandeirantismo, em primeiro plano, desempenha o papel de predador de índios, sendo que, sua participação no processo de desocupação europeia da região, só pode ser entendido se levarmos em consideração as relações sociais que ali se travaram. Essas relações implicam, inicialmente em entender como conviviam, índios, jesuítas e espanhóis; e, posteriormente, como esses desenvolveram seus contatos com os portugueses. A mão de obra indígena, disciplinada pelos jesuítas ou sob comando dos *encomienderos*, é responsável pela permanência dos colonizadores na região. Com os relacionamentos amistosos entre os paulistas e o governo do Paraguai, e com o constante aprisionamento dos índios pelos bandeirantes, ocorre uma desestruturação no sistema social e econômico da região, o que implica em sua desocupação por parte dos europeus.

Palavras-chave: Guairá, colonização, jesuítas, bandeirantes.

ABSTRACT. The European occupation of the Guaíra region in the 16th and 17th Centuries. The European population nucleus in the Guaíra region during the 16th and 17th centuries had its own dynamics for its development and its destructure. An analysis of works that describe the destruction of these populations shows that the “bandeirantismo paulista” was the main factor towards their disruption. However, analysis of documents, published by Jaime Cortesão, specifically on the Guaíra region of Guairá, indicates that this problem has to be inserted into a more extensive context. In fact, the “bandeirantismo” first of all preyed on the Indians and its participation in the process of European evacuation of this region may be understood if the social relations extant in the region are taken into consideration. The social relations mentioned above deal with the manner Indians, Jesuits and Spaniards lived and how they developed their contacts with the Portuguese. Native labor, supervised by the Jesuits or by the “encomenderos”, was responsible for the permanence of the colonizers in the region. Due to the good relationship between the Paulistas and the government of Paraguay and due to the constant arrests of Indians by the “bandeirantes”, the destructuring of the social and economic internal system of the region occurred. Such destruction caused the evacuation of the European from the region.

Key words: Guairá, colonization, jesuits, “bandeirantes”.

Este trabalho tem o objetivo de analisar como se desenvolveu o processo de colonização espanhola da região onde, hoje, situa-se parte do Estado do Paraná, sul do Brasil, a região do Guairá.

A princípio, essa colonização objetivava a ocupação e a exploração dessas terras, mas esse objetivo não se concretizou, deixando essa região legada ao esquecimento durante quase um século.

A região do Guairá, onde, hoje, localiza-se parte do Estado do Paraná, apresentou algumas peculiaridades no seu processo de colonização. Entre essas peculiaridades duas chamam-nos a atenção. A primeira é o fato de sua colonização ter sido iniciada pelos espanhóis e não pelos portugueses. A segunda, e não menos importante, diz respeito à maneira como se desenvolveram as relações sociais entre os

homens que a habitavam e que formaram os pilares para o modelo de colonização espanhola da região.

A colonização dessa região, pelos espanhóis, deve ser encarada com naturalidade, afinal, a região em questão, no período abordado pelo trabalho -1580 a 1640 -, pertencia a Coroa espanhola.

A colonização européia do Guairá, não apresentou um processo linear de desenvolvimento. Ela se iniciou em meados do século XVI, com a fundação de núcleos de povoados espanhóis na região. Seu apogeu ocorreu durante a virada dos séculos XVI e XVII, com a instalação e estruturação das reduções jesuíticas na região. E amargou sua falência até as quatro primeiras décadas do século XVII.

A bibliografia utilizada para o desenvolvimento do trabalho procurou contemplar, tanto trabalhos historiográficos, que analisaram a colonização da América portuguesa, quanto estudos que se voltaram para a colonização da América espanhola. A leitura dessas obras indica como se desenvolveram as diferentes formas de colonização na América e como se iniciou o processo de colonização na região do Guairá.

Estabelecendo contrapontos entre o modelo de colonização da Coroa espanhola e o modelo de colonização da Coroa portuguesa, observamos que a região guairenha não despertou o interesse de nenhuma das nações em questão. Conseqüentemente, isso acarretou no surgimento de um modelo de colonização próprio para aquela região.

Como fontes, utilizamos uma série de documentos da coleção De Angelis, mais especificamente o Tomo I “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, publicado pela Biblioteca Nacional, sobre coordenação de Jaime Cortesão no ano de 1951.

A utilização dessa documentação foi de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho. Essa série de documentos forneceu indícios de como surgiu e se desenvolveu o processo de colonização da região guairenha, e mostra-nos, também, como se desenvolveu o processo de desocupação européia da região.

Com certeza, a discussão levantada nesse trabalho não pode ser vista como a panaceia para o entendimento do processo de colonização européia na região guairenha durante o século XVII, mas pode contribuir para levantar algumas questões, que, até o momento, passavam despercebidas pelos historiadores.

A divisão do mundo em dois hemisférios, convencionada a 7 de junho de 1494, através do

Tratado de Tordesilhas, estabeleceu que as terras encontradas a partir de trezentas e setenta léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde pertenciam à coroa espanhola, enquanto as terras a leste deste meridiano pertenceriam à coroa portuguesa. No entanto, não ficou especificado qual ilha do arquipélago seria utilizada como referência para a delimitação do tratado.

Este fato parece ter passado despercebido tanto pela coroa espanhola quanto pela coroa portuguesa, ao menos até Pedro Álvares Cabral aportar no continente Americano, no ano de 1500. A partir desse período as questões sobre os limites territoriais ressurgiram, e tornaram-se mais acirradas com a descoberta da região platina:

O machado de metal levado em 1514, as expedições de Solís, Cristóvão Jaques, Cabot e Garcia deram importância as terras platinas e levantaram as questões de limites no continente americano. Surgiram e arrastaram-se os debates a propósito da expedição de Martin Afonso de Souza (1530 - 1533), sempre sobre a dupla face de prioridade de Portugal e legitimidade de domínio, alegada por Castela. (Abreu, 2000:206)

Podemos notar que as duas nações tinham interesse pela região platina e cada uma interpretava o tratado assinado no ano de 1494 à sua maneira, tentando deixar sob seu domínio a maior área possível. Os espanhóis sustentavam que as trezentas e setenta léguas deviam ser medidas a partir da primeira ilha do arquipélago de Cabo Verde, o que estabelecia os limites territoriais em Belém, ao norte, e em Cananéia, ao sul.

Os portugueses, por sua vez, afirmavam que as trezentas e setenta léguas iniciavam a partir da última ilha de Cabo Verde, o que deslocaria a linha de Tordesilhas mais para o oeste e lhes possibilitaria posse de grande parte da bacia do Prata.

O interesse das duas Coroas por essa região está relacionado às possibilidades da exploração de metais preciosos. Essa exploração, se concretizada, atenderia às expectativas de qualquer uma das nações em questão. Alimentados pelos relatos dos europeus, que participaram das primeiras expedições à região, os homens, com o aval do Estado, entregavam-se à aventura de chegar a Serra da Prata.

... Corria naquelas terras a lenda de certo Rei Branco existente nas partes ocidentais e ainda a da Serra da Prata, de que tanto se cevaria, com o correr do tempo, a imaginação dos marinheiros castelhanos e lusitanos. (Holanda, 2000:89).

A visão mitológica, que objetivava encontrar a “Serra da Prata”, começa a perder sua força partir do ano de 1525, quando Aleixo Garcia chega aos Andes

por um caminho terrestre que corta a região do Prata. O contato terrestre entre os Andes e o litoral platino possibilitou a descoberta de algumas áreas com metais preciosos. Tal descoberta, mesmo não alcançando um nível de produção elevado, fez com que Portugal e Espanha intensificassem suas incursões pela região.

Basílio Magalhães afirma que a primeira expedição organizada, por parte do rei de Portugal, em direção ao Prata, foi a de Martim Afonso, no ano de 1531. Essa expedição, chefiada por Pero Lobo, saiu de Cananéia seguindo o caminho de Aleixo Garcia, e constatou que tal região estava fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (Magalhães, 1978)¹.

Embora a região estivesse situada além dos limites do Tratado de Tordesilhas, os portugueses não perderam as expectativas de sua exploração. Martim Afonso funda no ano de 1532, em região litorânea, a Vila de São Vicente. A escolha da região parece estar diretamente ligada à política de colonização adotada por Portugal, como afirma Schallenger:

... A carta de Don João III, de 28 de Setembro de 1532, a Martin Afonso de Souza, retrata uma dupla preocupação: de povoar as terras descobertas e de combater o comércio ilegal, feita especialmente pelo francês. A direção política do processo colonizador teve por função, antes de tudo, o exercício de coerção, para manter a força legal e o governo dos novos domínios ...

Ademais, podemos observar que São Vicente está localizada em uma região estratégica, próxima a linha que divide os territórios espanhóis e portugueses. Assim, São Vicente constituía-se, ao mesmo tempo, em um ponto de contato com as áreas de domínio espanhol e em um instrumento de defesa dos territórios portugueses.

Raymundo Faoro (2000), também, afirma que a ocupação litorânea do continente, pelos portugueses, é uma medida defensiva, que objetiva evitar a invasão e a exploração das novas terras por estrangeiros e possibilitar as entradas para os sertões. O espaço de ocupação, restrito ao litoral, estaria relacionado, ainda, aos interesses mercantilistas, interesses esses desenvolvidos por Portugal, primeiro com a exploração do Pau-Brasil, logo depois com a produção e comercialização do açúcar.

Para além dessa política de ocupação e colonização litorânea, adotada pelos portugueses, ocorreu a fundação do núcleo de povoamento de São Paulo de Piratininga no ano de 1554. Esse

núcleo de povoamento, localizado no planalto paulista, uma região de difícil acesso, nem sempre pôde participar das atividades mercantis desenvolvidas no litoral, o que levou os habitantes dessa região buscarem outras fontes de riqueza.

De fato, a consolidação da ocupação européia na região de São Paulo a partir de 1553 estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão, o qual proporcionava uma atraente fonte de riquezas, sobretudo na forma de índios (Monteiro, 1994).

Entre essas fontes de riqueza destacam-se, como afirma Monteiro, o aprisionamento e a utilização da mão de obra indígena. A princípio, essa mão-de-obra era aprisionada nas tribos vizinhas à região de São Vicente e Piratininga, estendendo-se, em seguida, para a região habitada pelos índios guaranis, já em território espanhol, no espaço geográfico da bacia platina. A vila de Piratininga passa, então, a depender diretamente da mão de obra indígena:

... Contudo, apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas paulistas. (Monteiro, 1994:57)

Os índios, aprisionados em expedições organizadas por particulares, eram levados às fazendas próximas a Piratininga ou encaminhados como escravos para os engenhos de açúcar do litoral. A dependência da mão-de-obra indígena e o relativo isolamento em que se encontravam os portugueses do planalto de São Paulo, das regiões litorâneas, possibilitaram que esses colonos entrassem em contato com os colonizadores espanhóis, que já estavam se estabelecendo na região do Prata.

As primeiras expedições espanholas a chegarem à região do Prata, também tiveram uma dupla preocupação. A primeira de reconhecimento da área e a segunda de estabelecimento de núcleos de povoamentos na região.

... uma expedição que vinha da Europa, sob o comando de Pedro de Mendoza, tentou sem sucesso ocupar a região do rio da Prata em 1535 - 1536 e terminou por deixar um remoto posto avançado de colonização no Paraguai, Buenos Aires, fundada pela primeira vez em 1536 e destruída em 1541, foi fundada novamente em 1580 desta vez não a partir da Europa mas de Assunção (Elliot, 1997:159).

A expedição de Pedro de Mendoza conseguiu fazer o reconhecimento da região do rio da Prata e tomou posse efetiva da mesma; no entanto, não foi bem aventurada na descoberta de fontes de metais preciosos. Esses, que despertavam o interesse de

¹ Ver também Porto (1948) e Nunez Cabeza de Vaca (1995).

muitos, foram encontrados com frequência e em maior quantidade nas regiões do México e dos Andes, e acabaram por transferir o interesse da coroa espanhola para essas regiões, como afirma Murdo J. Macleod:

... Na época da descoberta dos europeus, a riqueza demográfica, agrícola e mineral do que viria a ser a América espanhola estava concentrada em duas regiões, o México e os Andes centrais. Em consequência disso, essas duas regiões, tendo suas capitais em Cidade do México e em Lima, tornaram-se centros do império colonial espanhol (Macleod, 1997:351).

A região platina parece não ter sido tão ambicionada quanto os Andes e o México mantendo-se ali somente os colonizadores que chegaram na expedição de Pedro de Mendoza. A iniciativa privada, também, parece não ter se interessado pela região; afinal, a rede de crédito, que sustentava a colonização, preferia consolidar seus capitais em regiões que se mostraram prósperas, ao invés de arriscar em regiões menos promissoras, como a do Prata².

A política de colonização que nomeava os adelantados³, adotada pela Espanha, parece ter auxiliado a ocupação da região platina. Essa forma de colonização implicava que os descobridores de novas terras receberiam o comando militar e político das mesmas pelo rei da Espanha. Com esse tipo de compensação em vista, uma nova expedição em direção ao Prata foi organizada no ano de 1540, chefiada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca.

A expedição de Cabeza de Vaca, à região do Prata, traçou um percurso que ligava, por terra, a ilha de Santa Catarina a Assunção. Passou por territórios dominados por tribos guaranis, na região que permeava a foz do Rio Iguaçu e o Rio Piquiri, fazendo um reconhecimento dessas áreas. Os homens, que acompanhavam essa expedição, conseguiram restabelecer contatos entre Assunção e a foz do Rio da Prata. Esses mesmos homens também iniciaram novas incursões em direção à nascente do rio e para o interior de seus afluentes.

No entanto, os colonizadores da região de Assunção ainda se viam em condições precárias, não dispunham dos recursos da Coroa Espanhola e nem de investimento de particulares. A exploração mineral não se concretizou como o esperado - como nos Andes e no México - e a opção dos colonos foi a

exploração da mão de obra indígena. Essa atividade, por sua vez, proporcionou o surgimento de uma nova dinâmica de colonização, que parece ser exclusiva da região do Prata.

Essa dinâmica tem início com o estabelecimento de Assunção, onde os colonos iniciaram laços de parentesco com os índios da região, caracterizado como “cunhadio”⁴. O cunhadio foi interessante para os colonos até o estabelecimento efetivo dos europeus em Assunção. Era através desse laço que os homens dessa região conseguiam manter um relacionamento amistoso com as comunidades indígenas. No entanto, as relações entre colonizadores e índios modificam-se de maneira expressiva com a descoberta de riquezas na Nova Espanha.

Uma vez localizada a riqueza na Nova Espanha, o Prata deixou de exercer a atração dos aventureiros e os investimentos dos empresários; por isso, os movimentos de conquista e colonização se tornaram mais acanhados. Com isto, o núcleo colonial de Assunção defrontou-se com os seus próprios limites e a única possibilidade que se apresentava para os colonos era a exploração da mão-de-obra indígena, como garantia de sobrevivência e de manutenção de privilégios sociais nesta nova configuração social (Schallenger, 1997:85).

A partir dessas condições, o cunhadio deixa de ser expressivo e o índio deixa de ser aliado dos europeus no reconhecimento das novas áreas e na descoberta de riquezas e torna-se, ele próprio, a riqueza.

O novo tratamento dado ao índio provoca o rompimento das relações sociais até então existentes. A reação do índio diante da atitude do colonizador espanhol não tarda.

O laço de cunhadio estabelecido entre colonizadores e indígenas não era tão recíproco quanto o termo pode deixar a entender. Para o índio, o europeu era visto como alguém muito próximo, “da família”. No entanto, o Europeu não via o índio da mesma forma. Essa distinção pode ser observada no *Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá, espanhóis, índios e mestiços*, escrito em 1620.

Empero despues viendo los indios que los españoles no los trataban como a cuñados y parientes sino como a criados se comenzaron a retirar y no querer servir al español, el español quixo obligarle: tomaron las armas los unos y los otros y de aquí se fue encendiendo la

² Elliot (1997: 165) afirma que a conquista da América Espanhola tornou-se possível graças a uma rede de crédito formada por empreendedores locais, funcionários da coroa e as grandes casas bancárias de Gênova e Augsburg.

³ Sobre os *adelantados*, ver Schallenger (1997: 43).

⁴ O cunhadio é um tipo de relacionamento social estabelecido entre os colonos e os índios. A sua característica principal consiste na união entre colonos e índios, fazendo com que o primeiro fosse aceito como um parente dentro da família indígena. Ver Schallenger (1997: 83; Cortesão, 1951: 163).

guerra la qual ha perseverado casi hasta agora
(Cortésão, 1951:167).

Quando percebe essa relação desigual o índio evita manter o relacionamento formal com os espanhóis. Essa rejeição do indígena torna a situação propícia ao surgimento de conflitos entre índios e europeus. Esses conflitos podiam, primeiro, desestruturar as bases econômicas daquele núcleo colonizador; segundo, fazer com que os espanhóis se retirassem da região.

Inserido nesse contexto, o jesuíta é outro elemento que influencia nas peculiaridades da colonização da região do Guairá.

A partir da última década do século XVI, ocorre uma intensificação da presença jesuítica na região do Guairá, que parece ser estimulada pelos europeus de duas maneiras. De um lado, pela existência de “fiéis” que passam a doar terras à Companhia de Jesus tornando possível a presença dos jesuítas na região, como mostram os documentos redigidos pelo escrivão Juan Moymo e o governador Bartolome Garcia no ano de 1594.

Esses documentos oficializam a doação das terras pertencentes a Ruiz Diaz de Guzman à Companhia de Jesus. Tais terras, localizadas em Vila Rica do Espírito Santo, poderiam ser utilizadas para a manutenção dos membros da Companhia de Jesus, o que possibilitaria melhores condições para o estabelecimento de reduções na região.

Por outro viés, existia o incentivo da própria administração local, que acreditava que os jesuítas eram importantes para a conversão dos índios, e procurava, por conseguinte, criar mecanismos para que os mesmos se estabelecessem na região. Isso pode ser observado na *Ratificação da carta de mercê do capitão Ruy Diaz de Guzman pelo tenente general de governação do rio da prata*, escrita por Bartolome de Sandoval, em 10 de setembro de 1595.

... acatando el mucho fruto y edificación ~q los padres de la compañía de Jesús an hecho y hazen en esta villa con su santa dotrina y buen exempo y el mucho trabaxo que padeceu en la coverción de los naturales y ser muy convyniente u necesario se perpetuen ~e sus provincias y ~e nombre de su mag. A de su S.a. del S.a Gobernador don fernando de garate e por virtude de los poderes que de su S.a tengo que por su notoriedad no ban aquí yncertos, apruevo y rretifico a la dicha comp.a de Jesús y siendo necesario le hago merçed en nombre de sua mag.a de todas las tierras y posesiones que el cap.a rruí diaz de guzmán le dio según y de la manera que se contiene u declara ~e la çedula de suso escrita y le amparo en la posesion que dellas tienen tomada los padres de la dicha comp.a
... (Cortésão, 1951:121).

Acompanhando a chegada dos jesuítas, podemos observar, também, que as relações entre espanhóis e índios modificam-se. As relações informais, antes favorecidas pelos laços de parentesco, pelo cunhadio, começam a perder espaço para as relações institucionalizadas que têm o apoio da coroa espanhola.

A *encomienda* passa a ser a base econômica da região platina. Os colonizadores espanhóis tornam-se *encomiendados*, isto é, recebem um determinado número de índios para serem catequizados e utilizados como mão de obra na ocupação das terras. Tais condições possibilitaram o surgimento de novos núcleos de povoamento.

Estas investidas (a leste e a sul de Assunção) caracterizavam-se, essencialmente, pelas fundações de povoados, como meio de aumentar as suas oportunidades de negócios e estender os seus domínios a população nativa (Schallenger, 1997:90).

A interiorização da colonização chega, assim, à região do Guairá, já conhecida pelos espanhóis, que tiveram a oportunidade de entrar em contato com ela através da expedição de Cabeza de Vaca. O Guairá era habitado por comunidades guaranis, que já tinham contato com os espanhóis, e que passaram a ser utilizadas como mão-de-obra nos povoados europeus que estavam surgindo na região.

A *encomienda*, torna-se, então, o principal elo de ligação entre os índios e os colonizadores espanhóis, ou, ao menos parece ter sido a maneira mais comum de manter o índio sob a tutela dos colonizadores.

Documentos expedidos em Assunção, durante o primeiro mês de 1597, mostram-nos que, na região de Vila Rica do Espírito Santo, o número de índios *encomiendados* é expressivo. Os registros de processos de transferência de índios entre encomendeiros, ou de índios que estão para ser *encomiendados*, revelam um montante de 1657 índios a disposição de 4 encomendeiros.⁵ Quando observamos o número de índios *encomiendados* devemos levar em consideração, também, o objetivo das *encomiendas*.

No relatório apresentado por um espião castelhano, no ano de 1636, podemos observar que os espanhóis entendem que o tratamento e a

⁵ A esse respeito veja-se o documento escrito por Cordova Encomienda a Garcia Lopes de Villa Rica do Espírito Santo, de vários cacique e índios que foram encomiendados ao falecido Alonso de Otiveros, e que estão nos rios Corumbatal, Tibajiba, e em outras comarcas.; Encomienda a Jerônimo Meringa, de Vila Rica do Espírito Santo, de vários índios guaranis nos rio de Icatu, Ubai, Tibajiba e no Iniai.; Mercê e encomienda ao capitão Diego de Çunica de vários caciques e índios nos rios de Icatu, afluente do Piquiri, Paraná, Tibajiba e em outras provincias.; Mercê e encomienda a João Reys, “El Chico”, de Vila Rica do Espírito Santo, de vários caciques e índios no alto e no baixo Tibaji e no “campo”. Assunção janeiro de 1597. In. Cortésão, 1951: 124-8

utilização da mão-de-obra indígena pelos portugueses eram indevidas. O espião deixa transparecer que, em território espanhol, e, principalmente, na região do Guairá, essa questão seria mais bem administrada. Primeiramente, porque o índio não estaria submetido ao trabalho escravo, mas ao trabalho livre, através da *encomienda*. Depois, porque o trabalho indígena poderia ser utilizado tanto para a exploração de minérios, se ali fossem localizados, quanto para a coleta e tratamento da erva mate (Juan, *In*: Cortesão, 1951:183).

Conforme procuramos mostrar, a modificação dos relacionamentos sociais, entre colonos e indígenas, favoreceu o surgimento de conflitos entre esses dois segmentos. Inserido nesse contexto, o jesuíta surge como um elemento mediador.

Podemos afirmar que a instalação das reduções jesuíticas, de certa forma, favoreceu os espanhóis que já estavam estabelecidos na região. Primeiro, porque os jesuítas objetivavam converter e catequizar os índios, independente desses serem dóceis ou não. O objetivo missionário obrigava os jesuítas a pregar e buscar a conversão de todos os índios da região. Tanto aqueles índios que já mantinham um contato amistoso com os colonos, quanto aqueles outros que viviam em comunidades isoladas, e se negavam a conviver com os colonizadores, deveriam ter a oportunidade de partilhar dos dogmas cristãos.

Essas condições levaram a intensificação do contato entre missionários jesuítas de um lado, e, de outro, com comunidades indígenas consideradas hostis, pois a conversão do indígena, pelos jesuítas, só podia ser concretizada se existisse uma relação de confiança entre os dois. Essa relação serviram para abrandar o relacionamento entre as comunidades indígenas hostis e os colonizadores, favorecendo o desenvolvimento da *encomienda* na região.

Além disso, as reduções aglutinavam um grande número de índios, poupando aos espanhóis o trabalho de saírem pelas matas em busca de nativos.

A prática dos espanhóis utilizarem a mão-de-obra dos índios, que se encontravam reduzidos, não parece ter sido algo incomum, ao menos nos primeiros anos das reduções, como mostra o informe sobre a fundação das reduções do Guairá, redigido pelo Padre Josep Cataldino no ano de 1614.

Esta ciudade de Guayra y la Villa rica del espirito santo traen sus indios a una reducion de indios que se llama Maracayu a haçer yerba Ilananla assi los españoles impropriamente porque es una hoja de un arbol que se parece al naranjo e el e el indio la llama caã nasce este arbol espontâneamente por todos aquellos montes que son grandísimos e no se cultivava. cortan los ramos tuestanlos a la llama del fuego despues ia oha

tostada se cae muelen la y..... la y así la traen a vender gran cantidad. (Cortesão, 1951:173-4).

A grande quantidade de erva mate colhida e tostada mostra-nos não apenas que a mão-de-obra dos indígenas é utilizada, mas, sobretudo, a extensão dessa utilização. Essas condições fazem com que o surgimento das reduções e a sua manutenção tornem-se um elemento de interesse para os espanhóis dessa região e faz com que esses auxiliem no seu estabelecimento.

No entanto, a relação amistosa entre jesuítas e colonizadores não se estende por muito tempo. Os jesuítas nem sempre aceitam a utilização da mão-de-obra nativa com a mesma naturalidade que os demais colonizadores. Para os jesuítas, o trabalho é uma forma de manter a disciplina, ou seja, a utilização da mão-de-obra indígena é uma necessidade para que o índio insira-se nas concepções cristãs. Ademais, é a mão-de-obra nativa que devia manter as reduções, o índio tem a responsabilidade de produzir o sustento da redução e fazer com que essa progrida.

Os colonizadores, por sua vez, objetivavam com os índios, a produção de riquezas. Em um primeiro momento isso foi tentado através de uma relação amistosa, caracterizada pelo cunhadio, que possibilitava a aproximação entre colonos e índios. Em seguida, o contato entre esses dois povos passou a se configurar através de uma relação de exploração, a *encomienda*. Essa relação, por sua vez, favoreceu o afastamento entre comunidades indígenas e núcleos de povoamento espanhóis, o que acarretou problemas para os colonizadores.

A possibilidade de amenizar esses problemas pode ser encontrada nas reduções jesuíticas. Os espanhóis passam a ver os índios reduzidos como uma possível solução para o problema de falta de mão-de-obra, esses são considerados dóceis, já estabeleceram um primeiro contato com os europeus e podem ser facilmente localizados.

Os objetivos dos missionários jesuítas e dos colonizadores, agora, entram em choque. Enquanto o primeiro vê o trabalho indígena como um elemento disciplinador, e auxiliar da propagação da fé cristã, o segundo observa, nesse trabalho, uma possibilidade de permanecer e prosperar na região guairenha.

Esses objetivos distintos fizeram com que os jesuítas assumissem uma postura em defesa dos índios, contra os colonizadores, que pode ser observada no *Parecer do padre Diogo Gonçalves sobre os diferentes gêneros de "Malocas"*, as suas injustiças e a maneira de restituir os índios ilicitamente escravizados, escrito em 1610. Nesse parecer o Padre mostra

como os espanhóis requisitam o trabalho indígena e as atrocidades que são cometidas para que a mão-de-obra nativa possa ser utilizada. Gonçalves evidencia, em seu relato, as maneiras -ilegais- como os colonizadores aprisionavam e tratavam os índios.

Primeiramente, os espanhóis não respeitam os limites territoriais impostos pela Coroa, eles invadem áreas que são destinadas para a formação de reduções e nelas aprisionam índios. Em seguida, omitindo dados, os espanhóis não registram todos os índios *encomiendados*, requisitando ao rei, mais nativos. Além disso, os colonizadores omitem, em seus informes, as condições em que mantém os índios que estão sob os seus cuidados.

Diante de tal situação, a reação dos jesuítas não tarda. À medida em que os colonos intensificam a procura pela mão-de-obra, os jesuítas intensificam a defesa do nativo. O objetivo das reduções, agora, é também, a defesa do indígena contra as atitudes dos colonizadores. As reduções, que a princípio tinham como objetivo a conversão dos nativos, agora extrapolam seus objetivos de catequização. Isso pode ser observado no *Informe sobre a fundação das reduções do Guairá, feita a pedido do respectivo superior Padre Joseph Cataldino*, escrito pelo Padre Pedro de Cerbantes, em 1614.

... em que avra mas de mil y quinientos Índios de tributo, rreducidos, y enseñados, y baptisados por los dichos quantro P. es defendiéndolos de portugueses y malocas y sacándolos de los motes ara que se conserven en la fee, y doctrina X~pana u ~q en sto estamos ocupados los dichos quantro P.es dígan lo que saben para el dicho intento (Cortésão, 1951:149).

Essa atitude dos jesuítas também acarretou problemas com a administração local, com os representantes da coroa espanhola. A princípio, o estabelecimento das reduções na região do Guairá favorece os colonizadores, como procuramos mostrar anteriormente, conseqüentemente a administração local, também, vê-se favorecida. Os administradores locais podem usufruir dos benefícios provenientes da utilização da mão-de-obra indígena. Primeiramente porque grande parte dos *encomiendados* compõe o corpo administrativo da colônia. Além disso, a utilização de mão-de-obra indígena possibilita uma maior produção de erva-mate e o crescimento do comércio, atividades que podem gerar aumento na arrecadação tributária.

Quando os jesuítas assumem a postura de defesa do índio, os administradores locais sentem-se prejudicados e tentam inverter a situação. Surge a necessidade, por parte dos administradores, de levantar elementos que amenizem as atitudes de defesa do indígena desenvolvidas pelos jesuítas.

As reduções estavam sujeitas ao pagamento do Estipêndio Real, tributo que os súditos deveriam pagar à Coroa Espanhola e que era utilizado para a manutenção da administração colonial. O não pagamento do Estipêndio Real abre a possibilidade de que os administradores locais exerçam uma pressão legalizada sobre as reduções. Essas passaram a ser devedoras da Coroa Espanhola, que na região é representada, em parte, por *encomiendados*. Esse é um fato importante, que favorece o acirramento do conflito entre jesuítas e os representantes da coroa.

Embora os jesuítas utilizassem a mão-de-obra indígena, fazem-no de maneira moderada, menos violenta que os demais colonizadores. Isso ocorre em razão dos objetivos dos jesuítas, que visam a conversão das almas e não a produção de um excedente. Os demais colonizadores, ao contrário dos jesuítas, têm como objetivo a maximização da extração do trabalho excedente do nativo. Tal fato torna a jornada de trabalho do índio, que é submetido ao *encomiendeiro*, extremamente extenuante e violenta. Em razão disso, o indígena tende a se afastar dos colonizadores - *encomiendeiro* - e aproximar-se das reduções, contribuindo, dessa forma para adicionar mais um elemento ao quadro do conflito entre colonizadores e jesuítas.

Além das relações sociais travadas entre os três grupos, que, conforme vimos, nem sempre se configuraram de forma amistosa, surge um novo elemento de extrema importância para o entendimento de nosso trabalho: o bandeirantismo de aprisionamento, proveniente de São Paulo.

Segundo Schallenberg, esse movimento surge devido às necessidades dos paulistas em se inserir no circuito de trocas mercantis.⁶

Esse movimento, conhecido como bandeirantismo, buscou, pois, um, produto de valor mercantil, configurado em torno da mão-de-obra indígena, que passou a apresar para vender no litoral ou trocar por mercadorias que tivessem valor comercial no interior da colônia. (Schallenberg, 1997:122)

O objetivo dos bandeirantes é o aprisionamento dos índios, pois esses são vistos como um produto de valor comercial, o que direciona as Bandeiras às reduções jesuíticas.

O índio reduzido atende a característica de produto de valor mercantil para os bandeirantes. Ele já está inserido no sistema de trabalho disciplinado,

⁶ Outros dois fatores influenciaram na intensificação dos contatos entre Bandeirantes e a região do Guairá. O primeiro foi a União Ibérica, que levou muitos colonos desconsiderarem os limites territoriais estabelecidos no Tratado de Tordesilhas. O segundo foi a invasão Holandesa nas colônias da África, esta invasão afetou o desenvolvimento do comércio e o tráfico de escravos africanos no Brasil. Holanda (1989: Tomo I: 185-186).

já manteve contato amistoso com os europeus e pode ser encontrado em grande quantidade em uma só redução. Além disso, a se julgar pelos relatos da época, o índio da missão dispensa menos esforços na sua captura. Essa posição pode ser observada na *Relação feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vazques de Trujillo, Sobre os estragos causados pela grande bandeira de Raposo Tavares as missões do Guairá nos anos de 1628-1629*:

... determinaron de saquear esta dos Aldeas nuestra diciendo que ya tenían experimentado que les costava tanto trábalo de captivar á los hijos de los Padres como á los indios bravos y que en la aldea de San Antinio avian cojido mas gente en una hora que fuera della en muchos meses. (Cortésão, 1951:319)

Nesse sentido, as reduções do Guairá constituem em um importante pólo para os ataques dos bandeirantes, por oferecem um grande número de indígenas a serem aprisionados, o que pode ser observado na *Informação tomada por D. Fernando Tinoco, alcaide ordinário da cidade de Córdoba, a pedido do provincial da companhia de Jesus, na província do Paraguai, sobre a mudança que se fez das reduções do Loreto e S. Inácio, com temor aos portugueses*, escrita em 1632:

... el evidente peligro en que estaban las dichas dos redç.es de loreto y san ignácio les parecio buena occassion para sus intentos y fines que eram sacar a los indios de sus tierras y traellos no a arte segura sino gerca de si para poder de grado o de fuerça aprovecharse de ellos como de esclavos en la saca de fuerça aprovarse de ellos como de esclavos en la sava de la yerba u otras cosas y vendellos a los memos portugueses como lo suelen hazer otras vezes. (Cortésão, 1951:381).

Assim, conforme vimos, as reduções jesuíticas constituem-se em um local no qual os bandeirantes conseguem apropriar-se de um produto de valor mercantil que tem uma ampla aceitação no mercado colonial: o índio.

Além das reduções jesuíticas, outro fator contribuía para o direcionamento dos bandeirantes para essa região: o relacionamento estabelecido entre os portugueses da Vila de São Paulo de Piratininga e os espanhóis da região do Guairá. Esse contato era intenso e favorecia o desenvolvimento de relações comerciais entre os colonizadores. Tais relações comerciais envolviam, inclusive, o comércio de índios.

... de Guayra, que los dichos vezinos de ciudade real suelen vender a los Portugueses, y ultimamente algunos meses a festejaron en su ciudad y regalaron a Andres fernández Portuguez de san Pablo y uno de

los mayores ladrones de indios en el çerton, y le vendieron algunos indios ... (ibid:382)

Esses contatos comerciais impulsionavam, cada vez mais, a entrada dos bandeirantes na região do Guairá ao mesmo tempo em que despertavam o interesse dos próprios espanhóis em capturar os índios das reduções.

O contato entre portugueses e espanhóis acaba por transformar o índio em um elemento de valor mercantil também para os espanhóis. Tal fato, por sua vez, implica em uma maior vulnerabilidade das reduções. As reduções, a partir de então, além de se preocuparem com as bandeiras de aprisionamento, organizadas pelos paulistas, tiveram, também, que enfrentar os espanhóis da região, que passam a desenvolver o comércio de indígenas com os portugueses.

Além disso, as relações amistosas desenvolvidas entre portugueses e espanhóis, na região do Guairá, foram favorecidas, também, pela administração espanhola localizada na cidade de Assunção.

A partir do governo de Luiz de Céspedes Xeria, a administração espanhola passou a ter um contato mais intenso com os portugueses. Segundo os jesuítas, essas relações seriam consequência dos laços de parentesco estabelecidos entre esse governador e os portugueses. Em um documento, escrito em 1631, Francisco de Urquiza afirma:

El dicho gov.or se caso en el Brasil con una S.ea Portuguesa y por esta causa favorece lo ~q puede a los Portugueses. En el casam.to contestan doce testigos. En que favorece a los Portugueses contestan quatro testigos como se vera 3, folio 70, fol, 187, fol 229 y todos los que se refieren en el num.o 4, y por saber los vecinos del Paraguay daban gusto al gov.es en unas fiestas ~q hicieron decian a voçes vivian los Portug.es y por esta causa el dho gov.or hablaba en Portuges como se vera fol. 70 (Cortésão, 1951:409).

A aproximação do governador Luiz Céspedes Xeria dos portugueses teria facilitado o acesso dos bandeirantes às áreas nas quais estavam localizadas as reduções jesuíticas e os núcleos de povoamento espanhóis. Essa explicação pode ser observada no *Memorial em direito apresentado pelo Padre Francisco Diaz Taño da companhia de Jesus contra o governador D. Luiz de Céspedes Xeria na causa que se lhe move pelos delitos cometidos no seu governo*, escrito em 1631 (Cortésão, 1951:401).

... por~q el dho gov.or entro por aquel porto u camino de S. Pablo por donde xamas avia entrado gov.or por estar prohibido com cédulas muy apretadas de su mag.d, com pena de confiscacion de bienes y ~q sean llevados los ~q por alli entrarem con mugeres y hijos a la contratación de sevilla como consta de la

cedula ~q esta en los dhos autos, y el dho gov.or entro por solam.e le da licencia para ~q viniendo por el Brasil entrase por el puerto ...

Esse caminho foi utilizado, também, pela esposa do governador e pelos mensageiros do casal, o que implicou na intensificação do contato entre os súditos das duas coroas.

Embio el dho gov.or dos vezes después ~q entro por aquel camino vedade del Brasil mensajeros con cartas al dicho Brasil enviando por alli destas partes indios a su ingenio, contra la ordenança 18 ~q prohibe el embiar yndios fuera de la Prov.a y Plata labrada enviando a traer a su muger por el dho camino bedade contestan ocho testigos como se vera folio ... de la levada de los indios contestan tres testigos de los quales afirman que se vendieran algunos como esclavos contra la ordenança 3~q lo prohibem como se vera fol. ..., y ~q algunos de ellos eran casados aca y los querian cada alla (Id. Ibid.:410).

A própria transferência do governador, que se encontrava em território português e se dirigiu para Assunção, favoreceu o acesso de portugueses à região do Guairá. A passagem do governador pelo caminho terrestre, que ligava São Paulo a Assunção tornou mais conhecida essa rota e possibilitou que os portugueses iniciassem um tráfego por essa região.

A intensificação do contato entre portugueses e espanhóis, na região do Guairá, criou um ambiente propício para o desenvolvimento do comércio de indígenas. Assim, o relacionamento entre portugueses e espanhóis no Guairá parece ter tido como cerne um único elemento, o índio, e o que esse podia oferecer aos europeus.

Tanto para os bandeirantes quanto para os colonos espanhóis, o índio havia tornado-se um elemento de valor mercantil. Ou seja, a relação entre os colonizadores na região do Guairá tinha como base a comercialização ou a utilização da mão-de-obra indígena.

Assim os interesses tanto dos portugueses, quanto dos espanhóis, tornaram-se convergentes. Foi, aliás, o interesse pelos índios que levou os europeus a se unirem e se dirigirem contra as reduções do Guairá.

Aviendo salido el dho gov.or alcançado a los dhos Portugueses por el camino se apartaba en secreto a hablar con los capitanes de los Portugueses ~q yban a la guerra a traer indios como se dice folio 186 y 187, y ~q venuan a destruir las rreducciones digenlo folio 186 e 187. (Urquiza, F., In: Cortesão, 1951:411)

A utilização do caminho terrestre, que ligava São Paulo de Piratininga a Assunção, por Luiz de Céspedes Xeria, então governador do Paraguai, abre precedentes para que os portugueses também

passassem a usar o mesmo caminho. No entanto, a frequência de portugueses, nesse caminho, toma proporções não imaginadas nem por jesuítas, nem por espanhóis.

A *Relação feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, quer ao rei, quer ao provincial Francisco Vazques de Trujillo, Sobre os estragos causados pela grande bandeira de Raposo Tavares as missões do Guairá nos anos de 1628-1629* mostra a dimensão da expedição de Raposo Tavares, do ano de 1628, organizada para atacar as missões do Guairá.

... en el principio del mes de agosto d 1628 salieron de la villa de S. Pablo hasta nueve cientos Portugueses con escopetas, espadas, escupiles, Rodelas, Machetes y mucha municion de balas, y polvora y de otras armas acompañados de dos mill y doscientos indios en otros tiempos injustamente captiados y entre ellos los dos jueces de la misma villa de S. Pablo Sebastián Fernández Camacho y Francisco de Payva dos vreadores Mauricio del Castillo y Diego Barbosa el Procurador del Consejo Cristóbal mendez, el hijo, yerno, y hermano del mismo oydor de la villa Amador Buenos ... (Cortesão, 1951:311).

Essa estrutura, de contingente humano e de armamento, montada pelos paulistas e direcionada para a região do Guairá, alarma os jesuítas; afinal, as reduções do Guairá eram um alvo relativamente fácil para os bandeirantes. O direcionamento dos bandeirantes para as reduções foi inevitável e acarretou na destruição, ou na retirada, das mesmas da região do Guairá.

Por um lado, o consenso dos espanhóis e portugueses quanto à exploração da mão-de-obra indígena e, em alguns momentos, quanto à destruição das reduções indígenas; e por outro lado, a omissão da administração colonial diante dos problemas que as reduções enfrentavam, acabou selando o destino dos núcleos de povoaamentos europeus existentes na região do Guairá.

Os espanhóis, que se fixaram nos núcleos de povoamento do Guairá, perdiam o principal elemento que havia possibilitado a permanência dos colonos na região: a mão-de-obra indígena.

Essas perdas constantes, associadas às precárias condições da região, levaram a uma desestruturação sócio-econômica dos colonizadores que haviam se instalado na região. As relações sociais, políticas e econômicas, desenvolvidas entre colonos, jesuítas e índios e que eram responsáveis pela manutenção dos primeiros na região já não eram mais possíveis.

Os jesuítas, pressionados pela exploração dos colonizadores e pela ação ofensiva dos bandeirantes, retiraram-se da região levando, também, todo o potencial produtivo com eles, isto é, os índios catequizados.

Os núcleos de povoamento europeus, que tinham surgido na região, tendem, a partir de então, a definir. O índio, seu principal elemento de manutenção, já não habita mais a região deixando os colonos a sua própria sorte.

Ao observarmos a ação dos bandeirantes paulistas e o tratamento oferecido pelos colonizadores espanhóis aos índios, e, principalmente, ao identificarmos a convergência de interesses entre os portugueses e os espanhóis, para a exploração dos índios fixados nas reduções jesuíticas do Guairá, podemos afirmar que a falência dos núcleos de povoamento europeus é consequência de um processo peculiar a essa região.

Esse processo inicia-se com a utilização da mão-de-obra indígena pelo colonizador espanhol. A princípio, existia um relacionamento amistoso entre esses dois povos, mas que esfacela-se à medida em que o espanhol passa a utilizar o indígena como mão-de-obra. Isso faz com que os índios aproximem-se das reduções jesuíticas que estavam surgindo na região.

As relações, então, modificam-se. As reduções são atacadas e os índios são comercializados, ou simplesmente transferidos como mão-de-obra para as regiões de São Paulo ou São Vicente.

A pressão exercida pelos colonos espanhóis e pelos bandeirantes sobre as reduções, levou os jesuítas e os índios das missões a retirarem-se da região, o que provocou uma desestruturação sócio econômica do Guairá.

Com isso, o colono espanhol perdeu a mão-de-obra indígena. A partir de então, não dispunha de mão-de-obra para coletar a erva-mate ou para tornar suas terras produtivas. O espanhol perde, também, uma mercadoria, o índio, que era um produto de extrema importância para o comércio com os portugueses.

Além disso, os ataques bandeirantes dizimam os núcleos de povoados espanhóis, localizados na região do Guairá; no entanto, a falência desses núcleos já podia ser observada. A dinâmica interna que favoreceu o surgimento a manutenção desses núcleos de povoamento tinha como cerne de sua

estrutura o convívio e a exploração do índio. Com o afastamento das reduções jesuíticas e dos índios da região do Guairá, o principal fator que tornava possível a permanência dos colonizadores na região se extingue, o que acarreta a falência da colonização européia naquela região, naquele momento da história.

Referências

- ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial: 1500 - 1800*. 7. ed. ver. Anotada e prefaciado por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 2000.
- CORTESÃO, J. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- ELLIOT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL (Org.). *História da América Latina: América Colonial I*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. (Coord.). *História geral da civilização brasileira. Época colonial*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., t.1, 1989.
- HOLANDA, S. B. de. (Coord.). *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- MACLEOD, M. J. A Espanha e a América: o comércio atlântico, 1492-1720. In: BETHELL, C. (Org.). *História da América Latina: América colonial I*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- MAGALHÃES, B. de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nos origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NUNES CABEZA DE VACA, A. *Comentários*. Curitiba: Ed. CLICHEPAR, 1995. (Coleção Farol do Saber).
- PORTO, A. *História das missões orientais de Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- SCHALLENBERGER, E. *A introdução do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá*. Toledo: Editora Toledo, 1997.

Received on November 12, 2001.

Accepted on January 08, 2002.